



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

MARIA VILÂNIA TRIGUEIRO CASTELO BRANCO

“EDUCAÇÃO DO CAMPO: ZONA RURAL DE POMBAL (PB)”

João Pessoa - PB
2014

MARIA VILÂNIA TRIGUEIRO CASTELO BRANCO

“EDUCAÇÃO DO CAMPO: ZONA RURAL DE POMBAL (PB)”

Monografia apresentada no Curso de Especialização, Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora:
Prof^ª Dr^ª. Nerize Laurentino Ramos

João Pessoa
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C348e Castelo Branco, Maria Vilânia Trigueiro
Educação do campo: zona rural de Pombal (PB) [manuscrito] :
/ Maria Vilânia Trigueiro Castelo Branco. - 2013.
36 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a
distância, 2013.

"Orientação: Profa. Dra. Nerize Laurentino Ramos,
Departamento de Pedagogia".

1.Educação do Campo. 2.Educação Rural. 3.Políticas
Públicas I. Título.

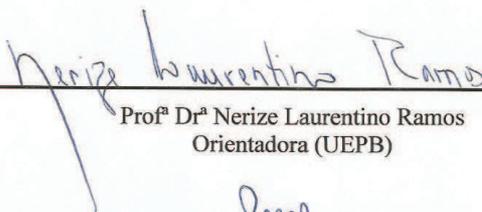
21. ed. CDD 370.11

MARIA VILÂNIA TRIGUEIRO CASTELO BRANCO

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ZOZA RURAL DE POMBAL (PB)

Aprovada em: 19/07/2014.

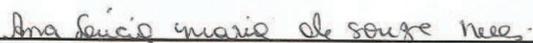
Banca Examinadora



Profª Drª Nerize Laurentino Ramos
Orientadora (UEPB)



Profª Drª Valdecy Margarida da Silva
Examinadora (UEPB)



Profª Drª Ana Lúcia Maria de Souza Neves
Examinadora (UEPB)

DEDICATÓRIA

A Deus, Pai e Criador do Universo, que me deu a graça de poder realizar esse trabalho de conclusão de curso.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que diretamente, ou indiretamente, me apoiaram no início e durante o percurso do curso e, agora, na sua conclusão através desse trabalho acadêmico.

A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces (Aristóteles).

RESUMO

Esse trabalho trata do tema: **“Educação do Campo: zona rural de Pombal (PB)”**. Nosso estudo baseia-se nos seguintes objetivos: obter um melhor conhecimento do que seja a Educação do Campo e diferenciá-la da Educação Rural; entender como a educação do campo foi formada: sua origem, seus objetivos e sua forma de aplicação dentro da área rural. No processo de estudo/pesquisa vários interrogantes surgiram, tais como: “Qual a finalidade de uma escola rural e os interesses em jogo? Quem são os beneficiários da educação do campo? Quais os fatores que motivaram essas transformações e as consequências que essas transformações ocasionaram? Como as pessoas definem suas estratégias de aprendizagem? O referido trabalho tem cunho bibliográfico e exploratório e, com ele, buscamos obter uma melhor compreensão do que seja Educação do Campo. Neste referido trabalho, faz-se ainda uma “sondagem” das percepções sobre a Educação do Campo para aqueles que habitam uma área da Zona Rural paraibana, buscando através de suas lutas, uma melhor maneira de viver e resolver suas dificuldades. Para tanto, buscamos chegar as respostas às inquietantes indagações.

Palavras-chave: Educação do Campo; Educação Rural; Políticas Públicas; Ensino Fundamental I.

ABSTRACT

This work deals with the theme "Education in the countryside: rural Pombal (PB)". Our study is based on the following objectives: to get a better knowledge about it is the field of Education and differentiate it from the countryside Education; understand how education in the rural was formed: its origin, its goals and its mode of administration within the rural area. In the process of study / research emerged several interrogations, such as: "What is the purpose of a rural school and the interests at stake? Who are the beneficiaries of the education field? What factors led to these changes and the consequences that these changes resulted? How people define their learning strategies? That work has literature and exploratory, and with it, we seek to gain a better understanding of what the Education Field. In that work, there is still makes a "poll" of perceptions of Field Education for those who inhabit an area of Rural Paraiba, searching through their struggles, a better way to live and solve their difficulties. To this end, we seek to get the answers to the disturbing questions.

SUMÁRIO

Introdução

1. Capítulo I: A Educação do Campo e a sua trajetória

- 1.1. O que é Educação do Campo
- 1.2. Origem da Educação do Campo
- 1.3. Educação Rural e Educação do Campo: diferenciação
- 1.4. A Educação do Campo na atualidade

2. Capítulo II: A Paraíba e a Educação de Campo

- 2.1. Breve relato sobre a criação do ensino no Estado da Paraíba
- 2.2. A Educação do Campo no município de Pombal
 - 2.2.1. Breve relato histórico sobre o município de Pombal
 - 2.2.2. A Educação do município de Pombal: Urbana e do Campo

Considerações Finais

Referências

1. Introdução

Nosso trabalho aborda a **“Educação do Campo: zona rural de Pombal (PB)”** - Inicialmente, apresentamos um estudo sobre a educação (dados de origem) e, também, um breve relato da atualidade do ensino educacional na sua relação com a Educação do Campo, especialmente, para aqueles que ainda habitam a Zona Rural e buscam através de suas lutas, uma melhor maneira de viver e resolver suas dificuldades.

Com a ocupação do território brasileiro, através da povoação do interior do estado até finais do século XX, a zona rural era mais habitada do que a zona urbana. Vivia-se basicamente nela e, dela, retirava-se o seu sustento. E, por ter uma grande concentração da população na zona rural existia a demanda por escolas e um bom número de alunos aguardando uma vaga. Na atualidade, com o deslocamento das populações - o êxodo rural – devido a vários fatores e principalmente, a problemas relacionadas as secas no semiárido - as pessoas esvaziam o campo em busca de melhores condições de sobrevivência para as suas famílias e, também, de educação para os seus filhos.

Neste trabalho monográfico, queremos compreender as diferenças existentes entre a educação do campo e a educação rural. Isso, considerando que as duas propostas estão voltadas para o mesmo público alvo: os alunos que habitam a zona rural e se apresentam com projetos (sonhos, motivações, interesses) diferenciados. Partindo dessa premissa, buscamos entender o ensino/aprendizagem da escola neste espaço territorial (Pombal – PB).

Como parte deste estudo, detectamos as causas que resultaram no surgimento de escolas rurais e suas mudanças com a criação das Escolas do Campo, direcionadas para aqueles que habitam e trabalham na zona rural. Para tanto, nos perguntamos: Quando teve início, nessas áreas citadas acima, o ensino educacional para os seus habitantes? Como se deu a origem da educação rural e do campo? Quais os verdadeiros motivos dessas mudanças? Como essa educação foi alcançada por aqueles que a receberam? Quem se beneficiou dessa ação do governo? Qual o tipo de ensino aplicado? Quais eram/são as perspectivas com relação a um futuro melhor? Como as pessoas participavam para poder alcançar um grau maior de

aprendizagem? Quais os fatores que motivaram essas transformações e quais as consequências sofridas? Qual a real situação educacional nessas áreas?

Procuramos descobrir os sentimentos e percepções das pessoas que moram e estudam no campo – ou se deslocam para a cidade para estudar. No transcurso desta pesquisa, encontramos escolas com objetivos e conteúdos voltados para a educação do campo, valorizando aqueles que moram na zona rural.

Como parte da pesquisa, a revisão da literatura (pesquisa bibliográfica) e, dentro de uma perspectiva questionadora e explicativa, pretendemos adquirir conhecimentos da atualidade da Educação do Campo.

No Capítulo I, discutimos “A Educação do Campo”, mas especificamente, os aspectos relacionados à compreensão do projeto: os pressupostos, a origem e a diferenciação de projetos – escolas do campo – escolas rural, e, ainda, a atualidade da proposta.

No Capítulo II, estudamos “A Educação na Paraíba”, em duas partes: breve relato sobre a criação do ensino no Estado da Paraíba; uma apresentação (breve histórico) do município de Pombal e a inserção da educação do campo na dinâmica educacional do município de Pombal.

O estudo é resultado de uma leitura específica que fazemos do ensino oferecido a aqueles que habitam uma parte da Zona Rural do Município de Pombal, localizado no Estado da Paraíba, precisamente nos sítios Pinhões, Cantinho de Boi e localidades adjacentes.

Capítulo I

1. A Educação do Campo e sua trajetória

1.1. O que é Educação do Campo

O conceito de Educação do Campo está em construção/ em movimento. É um termo em formação e localizado historicamente, ou seja, faz parte do contexto histórico de formação dos movimentos sociais do campo; daqueles que lutaram e lutam por uma educação contextualizada para o homem do campo, qual seja, aquele que vive do fruto que a terra lhes dar.

[...] Trata-se de um conceito novo e em construção na última década. Portanto um conceito próprio do nosso tempo histórico e que somente pode ser compreendido/discutido no contexto do seu surgimento: a sociedade brasileira atual e a dinâmica específica que envolve os sujeitos sociais do campo (CALDART, 2007, p. 14).

Existe uma diferenciação quanto ao uso da expressão gramatical “no” e “do” em relação a educação pensada para o campo. No caso da preposição “no campo” entendemos ser apenas uma educação que foi imposta naquele espaço com base em outro ambiente cultural (o urbano), enquanto que a preposição “do campo” significa que sua base pertence ao lugar onde a mesma está inserida (CALDART, 2008 apud BREITENBACH, 2011, p. 121).

Neste contexto, a luta por uma educação contextualizada, que resguarde os valores e direitos daqueles que habitam e trabalham no campo, em sintonia com uma legislação específica, mas, precisamente: a Resolução nº 2 de 28 de abril de 2008, que estabelece as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas para a Educação do Campo. Esta base legal se articula com as demandas que nasceram dos movimentos sociais que atuam no mundo rural, particularmente, o Movimento dos Sem Terra (MST).

[...] esse documento está de acordo com os objetivos das lutas dos movimentos sociais do campo, que desejam que seus filhos estudem em escolas do e no campo, que não sejam transportados para as escolas das cidades, sob pena de serem excluídos dentro do próprio sistema escolar ao estarem sujeitos a deboche, ou então, sejam influenciados por aspectos não condizentes com a sua cultura (BREITENBACH, 2011, p. 121).

A Educação do Campo se originou a partir de múltiplos fatores: os movimentos sociais do campo na luta pela preservação da natureza, das muitas vulnerabilidades que

atravessam o campo – sejam elas ambientais, sociais (irregularidades das chuvas/secas periódicas), educacionais (educação descontextualizada), as modificações nas relações de trabalho (ausência de políticas públicas permanentes e estruturantes), o deslocamento das populações rurais (êxodo), entre eles, a juventude rural, entre outras. Segundo Caldart a Educação do Campo também nasceu do confronto de projetos políticos e educacionais.

[...] nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como um lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas (CALDART, 2007, p. 15).

Nesta disputa de projetos, a educação assume um papel decisivo. Na realização dessa pesquisa verificamos que o ensino adotado na zona rural é o mesmo que na zona urbana, sofrendo pequenas variações de acordo com a instituição (escola) que o oferece. Em geral é o ensino urbano sendo redirecionado/aplicado ao campo. Os mesmos conteúdos e as mesmas metodologias. Notamos que houve, apenas, uma mudança de termos – de educação rural para educação do campo.

O Movimento dos Sem Terras (MST), cumpre um papel decisivo na construção desse projeto: uma educação para os que moram e trabalham no campo. O objetivo central do Movimento consiste em levar para o campo os meios educacionais necessários que garantam a fixação do homem na terra. Que ele não precise procurar outros caminhos que o afaste do espaço em que habita e não precise sair em busca de melhores condições de vida para si e seus filhos.

Consideramos muito importante os pontos de encontros, a interdependência entre o mundo rural e o mundo urbano: aprender a ler e escrever e as quatro operações fundamentais da matemática, pois é sabido que aquele que aprende a ler e a escrever vence barreiras múltiplas. Isso projeta o aluno do campo e da cidade para o futuro - querer continuar estudando para além do aprender a ler, escrever, somar, subtrair, multiplicar e dividir.

O educador Paulo Freire, na releitura de Pinheiro (2014), inspirou os idealizadores da proposta de educação do campo, quando defendia um ensino voltado para a conscientização dos sujeitos que viviam em situação de exploração. Para o autor, a educação se apresenta como o melhor meio de conscientizar as pessoas das várias facetas da exploração. As várias dimensões da educação, na perspectiva de Paulo Freire, são abordadas por Pinheiro (2007) e Gadotti (2007) da seguinte forma:

[...] Na concepção bancária a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos. Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que não sabem, cabe aquele que dá entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser ‘experimento feito’ para ser experiência narrada ou transmitida. (PINHEIRO apud FREIRE, 2007, p. 3).

[...] A educação popular tem-se constituído num paradigma teórico que trata de codificar e descodificar os temas geradores das lutas populares busca colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza e de dar voz à indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do negro, do analfabeto e do trabalhador industrial (GADOTTI, 2007, p. 4).

Este projeto esteve em evidência no final dos anos 50 e início dos anos 60. A chamada “educação popular” e/ou “educação libertadora” promoveu um intenso debate e mudanças significativas no setor educacional da América Latina. No pensamento de Gadotti: “As possibilidades de futuro da educação popular são enormes e suas intuições estão presentes nas obras de Paulo Freire e em muitas práticas educativas” (GATOTTI, 2007, p. 4). Ainda segundo Gadotti, para Paulo Freire o mundo é possibilidade, não é fatalidade. “A Educação não é um tesouro que se perde ao ‘entregar’ a outros. Ao contrário, é um tesouro que aumenta, ao ser repartido. Mais tarde ele diria que só é válido o conhecimento compartilhado” (GATOTTI, 2007, p. 1).

1.2. Origem da Educação do Campo

A Educação do Campo nasceu da necessidade do homem do campo, seja ele dono da terra ou simplesmente um trabalhador rural, empregado em terras de outrem, de procurar um meio para discutir os seus direitos e deveres e o significado de viver no campo, bem como as várias formas de exploração/sujeição que estavam submetidos. Uma educação contextualizada, cujos objetivos fossem voltados para as necessidades do agricultor familiar, onde, além de aprender a ler e escrever, o estudante rural tivesse o conhecimento dos seus direitos e deveres. Historicamente o rural foi associado ao atraso, ao não “civilizado” e a educação era desconsiderada nos seus textos constitucionais.

[...] O Brasil mesmo considerado um país eminentemente agrário, sequer mencionava acerca da educação rural em seus textos constitucionais de 1824 e 1891, o que evidencia dois problemas de governança pública, a saber: o descaso por parte dos dirigentes com a educação destinada aos camponeses e resquícios de uma cultura política fortemente alicerçada numa economia

agrária com base no latifúndio e no trabalho escravo (NASCIMENTO, 2009 apud LEINEKER E ABREU, 2012, p. 1).

Esta perspectiva é também compartilhada por Breitenabach (2004) que afirma: “para o Brasil, que foi colônia de exploração durante mais de 300 anos, o desenvolvimento de um sistema educacional não era considerado prioridade, pois não se considerava necessário saber ler e escrever para trabalhar com a terra” (BREITENABACH apud SILVA, 2004, p.1).

Com a Proclamação da República, em 1889, surge o termo educação do campo. Na ocasião, foi criada, pelo governo, a Pasta da Agricultura, Comércio e Indústria, cujo objetivo era oferecer um melhor recurso aos alunos da zona rural. No período de 1894 a 1906 a pasta foi fechada, sendo reaberta em 1909, com estudos direcionados para a área de agronomia (PASSADOR, 2006, apud PINHEIRO).

No entanto, segundo GHIRALDELLI (2006), só a partir de 1930 foi que a educação teve um grande avanço em consequência do “movimento escolanovística”¹ ocorrido em 1932; e também pelo fato de se querer uma mão de obra qualificada/especializada, devido à ampliação dos setores urbanístico e industrial que marcava o país. Assim, surgia também um problema, causado em decorrência desse desenvolvimento, que acarretaria a saída do homem do campo: o êxodo rural.

Mas, com a constituição de 1934 surgem os primeiros movimentos no texto constitucional por uma educação do campo. Os chamados Pioneiros da Escola Nova, entre eles, Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, defendiam uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, e, para efetivar essa proposta, enfrentaram também a Igreja Católica, que nesse período tinha em seu poder várias instituições educacionais privadas (WIKIPEDIA, 2013). O projeto em debate buscava reconstruir o sistema educacional voltado para a formação do cidadão brasileiro o que proporcionaria a todos o acesso à educação (LEINEKER E ABREU, 2012).

A elaboração da Constituição de 1946, no item: educação dos povos brasileiros, em seu artigo 166, trata do direito a educação, baseado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tanto no meio familiar como no âmbito escolar. No artigo 167, especifica que a educação pública em todas as suas esferas será de responsabilidade dos poderes públicos e, também, desde que as leis fossem respeitadas, estaria disponíveis aos

¹ Movimento que criava um contraponto à escola tradicional do início do século XX.

particulares. No artigo 168, trata especificamente do ensino primário como obrigatório para todos e, também, de uma educação direcionada para aqueles que trabalhavam com o setor agrícola, onde a sua educação e, conseqüentemente, a de seus filhos ficaria sob a responsabilidade dos patrões.

Neste período constitucional aconteceu o Golpe Militar. A ditadura militar no Brasil ocorreu no século XX, teve início no ano de 1964, com o governo do então marechal Humberto de Alencar Castello Branco, e perdurou até março de 1985, no governo de João Batista Figueiredo. A Ditadura Militar durou 21 anos. Os “princípios norteadores da ditadura” era a perseguição ao comunismo e a “resposta” as tensões e mobilizações políticas que marcaram a década de 1950.

Dessa forma, o governo militar, através da constituição de 1967 em seus artigos: 168/170 indicou que a educação destinada aos que tinham seus trabalhos voltados para o setor agrícola era obrigatória e que a mesma, ficaria a cargo dos seus patrões, pois o país estava voltado para o desenvolvimento industrial, e se temia ocorrer grande êxodo rural, devido a enorme demanda em busca do setor urbano. Segundo BREITENBACH (2004),

[...] Também foi sob essa mesma alegação, frente à necessidade de desenvolvimento, no período da Ditadura Militar (1964-1985), conforme os estudos de Silva (2004), que muitas campanhas de alfabetização foram implantadas no Brasil, tendo como principal objetivo tornar o país uma potência no cenário internacional (SILVA, 2004 apud BREITENBACH, 2004 p 117-118).

Segundo Nunes (2013), em seu livro “João Pedro Teixeira”, o analfabetismo, entre as décadas de 50 e 60, é a expressão mais degradante da desumanização do homem do campo.

[...] Chaga típica do meio rural e responsável pelo impedimento da ascensão social do elemento campesino, o analfabetismo se constituía num pesado fardo que o camponês que era obrigado a carregar. Manter o homem do campo na completa ignorância intelectual se constituía numa necessidade elementar para o patrão. O trabalho no campo absorvia, também, a mão de obra infantil, razão pela qual o latifundiário buscava dificultar a implantação de todo e qualquer projeto de alfabetização de crianças, jovens e adultos no meio rural (NUNES, 2013, p 26.).

Em 1967, com a promulgação da nova Constituição, foi criado o MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, voltado para abolir o analfabetismo brasileiro. No

entanto, a educação daqueles que estavam voltados para o trabalho agrário continuava sob a responsabilidade de seus patrões através da lei constitucional de número 5.379 (LEINEKER; ABREU, 2012).

Após a queda da Ditadura Militar nos anos 80, com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, foi elaborado e promulgado uma nova Constituição brasileira (em 1988). Nela, tornou-se o Ensino Fundamental e Médio obrigatório e gratuito, entre a ampliação de direitos para a Educação (BREITENBACH, 2004, p. 117-118).

Em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), que veio modificar/complementar a Constituição de 1988. Os seus artigos 23 e 28 tratam de aspectos relacionados à Educação do Campo, quais sejam, um novo currículo, novas metodologias, calendário escolar de acordo com as condições climáticas, ciclo agrícola e a atividade diversificada do trabalho rural, sem, contudo reduzir o número de horas letivas (LDBEN. Lei nº 12.960, de 1014). Cabia a cada sistema de ensino educacional elaborar as adaptações necessárias para as suas atividades educacionais rurais de acordo com as características apresentadas por cada região e direcioná-las para a realidade e necessidade da população rural.

Em 2002, a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação da Resolução nº 1 de três de abril das Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo, representou uma conquista política importante para o Movimento Nacional de Educação do campo. Mais que isso, mostrou que não se pode mais ficar indiferente diante desse “movimento de renovação pedagógica” existente no campo (ARROYO, 2008 apud BREITENBACH, 2004, p. 120).

[...] e foi através dessas lutas que nasceram dentro dos movimentos sociais do campo, mais especificamente nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), escolas que buscavam imprimir uma metodologia diferenciada e condizente com os anseios das lutas dos povos do campo, as escolas itinerantes. (BREITENBACH, 2011, p.119).

[...] Nesse evento, os sujeitos do campo almejavam e lutavam por uma educação, no sentido amplo do processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando uma humanidade mais plena e feliz (KOLLING et. al. 1999 apud BREITENBACH, 2011, p. 120).

Os processos de mobilização dos movimentos sociais do campo, a formulação de propostas, que resultaram nestas mudanças no sistema nacional de ensino, provocaram o

desejo de mudanças relacionadas à educação, e, assim, por estas mudanças os atores sociais passaram a lutar.

1.3. Educação Rural e Educação do Campo: diferenciação

Como podemos diferenciar educação rural de educação do campo, quando ambas estão voltadas para o mesmo objetivo: a construção de conhecimentos direcionados para aqueles que deles precisam para poder viver mais dignamente como cidadão no meio em que vivem?

A educação rural e a educação urbana se diferenciam devido ao espaço/lugar onde elas acontecem. O tipo de ensino oferecido é igual nos dois lugares, sem mostrar diferenciação diante do meio cultural em que ambas estão inseridas. Já a proposta da educação do campo incorpora a vivência do educando: sua cultura, as condições climáticas, o trabalho rural, as experiências da população envolvida, etc., articulando com a prática pedagógica, os conteúdos, a metodologia, o calendário didático, avaliações, projetos escolares, entre outras dimensões; trazendo para a teoria aquilo em que o homem do campo vive na sua prática diária.

Existe diferenciação, também, quanto ao conceito gramatical: “no” e “do” com relação ao campo. No caso da preposição “no campo” entendemos ser apenas uma educação que foi implantada naquele espaço com base em outro ambiente cultural (o urbano), enquanto que a preposição “do campo” significa que sua base pertence ao lugar onde a mesma está inserida. (CALDART, 2008, apud BREITENBACH, 2011, p. 121).

De acordo com Pinheiro (2014), para um bom entendimento do que seja educação rural e educação do campo se faz necessário um estudo aprofundado de pesquisadores e estudiosos do assunto. Partindo desse princípio,

[...] a expressão educação rural está relacionada em uma postura encadeada pela concepção positivista, mercadológica, competitiva, capitalista, na qual a política de educação direciona para uma formação pragmática, que instrui o indivíduo para desenvolver atividades no mundo de trabalho. (PINHEIRO, 2014, p. 4).

Atualmente, pelo que observamos, a antiga educação rural passou a ser denominada de educação do campo, contudo a sua forma de ensino continua sendo a mesma aplicada a educação rural. Foi no governo de Getúlio Vargas que o termo “educação do campo” foi citado apenas com intuito de diferenciar o espaço urbano do rural, pois, o que

prevalecia em termos educacionais a época eram os acordos urbanos (PINHEIRO, 2014). Segundo o autor, dialogando com pensamento de Furtado (2006), o conceito de rural em oposição ao urbano no Brasil, teve até a década de 70 sua expressão máxima, significando a diferença entre o atraso e o moderno, ou seja, o fato de está na territorialidade definida como urbano, significava está em contato com o que havia de mais moderno, avançado.

Dessa forma, o “movimento por uma Educação Básica do Campo” teve sua origem na I Conferência Nacional de Educação do Campo, em 1998. Entre grupos organizados, pesquisadores, pessoas ligadas ao governo, com objetivos de promover uma mudança na Educação Básica do Campo (PINHEIRO, 2014).

1.4. A Educação do Campo na atualidade

De acordo com as observações feitas, anteriormente, continuam não existindo diferenciação entre Educação Rural e Educação do Campo. Na realidade o que existe na maioria das experiências é a mudança da terminologia: “rural” para “campo”. Verificamos que as escolas, por diversos motivos, estão fechando; causado pela persistência do deslocamento das populações do campo (êxodo rural) e o descaso das autoridades competentes (gestão governamental) diante da busca de políticas educacionais específicas para o campo.

Verificamos que a educação do campo ministrada, atualmente, nas escolas do campo, não tem apresentado resultados no que diz respeito ao combate ao analfabetismo na zona rural, e, conseqüentemente, em melhorar de maneira significativa a vida dos que nela habitam. Arroyo (2006) defende uma educação voltada para a população do campo. Pinheiro (2014, p.1) - afirma que:

[...] quanto aos sujeitos que compõem esta realidade social, nos deparamos com uma infância, adolescência e juventude, desorientada frente aos desafios e incertezas da contemporaneidade, e tem se agravado com o processo de alienação e pelo pensamento provocado pelas experiências vivenciadas pelos que residem em espaços urbanos. Nesse contexto, as famílias têm procurado resistir na terra. Mas, a falta de condições dignas, necessárias à sobrevivência e de escolas tem dificultado a escolha entre permanecer ou não no campo.

De acordo com as informações do INCRA - Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária, as principais mobilizações por melhorias do ensino da educação no campo

aconteceram nos assentamentos. Destaque para o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - ENERA, realizado em julho de 1997, com a participação do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), UNICEF, UNESCO e da CNBB e a criação do PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, incorporado ao INCRA, no ano de 2001, destinado aos jovens e adultos dos assentamentos.

CAPÍTULO II

2. A Paraíba e a Educação de Campo

2.1. Breve relato sobre a criação do ensino no Estado da Paraíba.

A educação no Estado da Paraíba teve sua origem com a chegada dos padres da Ordem da Companhia de Jesus: os jesuítas. Dentre eles poderemos citar o padre italiano, Gabriel Malagrida, com suas edificações, entre elas, várias escolas. Destaque para as escolas do Maranhão, Bahia, Sergipe, Alagoas e, aqui, na Paraíba, construiu o Seminário e a igreja Nossa Senhora da Conceição e o Convento Jesuíta, atualmente, nestes locais funcionam o Palácio do Governo do Estado, o Mausoléu de João Pessoa e a Faculdade de Santa Rita. A situação da educação no Estado era precária, pois, não interessava a Portugal que os brasileiros aprendessem a ler e a escrever. Segundo Melo (2000, p. 88) os portugueses,

[...] temiam que os brasileiros aprendendo a ler e pensar se emancipassem. [...] durante todo o Brasil Colônia, a Paraíba formou dois médicos, sendo o primeiro Feliciano Dourado, em 1639. [...] os padres da Companhia de Jesus fundaram sob a liderança do Gabriel Malagrida, em 1745, o seminário que, dotado de aulas de Latim e Humanidades funcionou como primeiro estabelecimento de ensino geral (MELO, 2000, p. 88).

Com a expulsão dos jesuítas a situação educacional piorou. Até 1784 apenas algumas escolas se dedicavam a função de ensinar a ler, escrever e realizar as quatro operações. Só a partir de 1822, ano da Independência do Brasil, surgiram às escolas públicas e a cidade de Campina Grande foi pioneira na criação da primeira Escola Pública com base no ensino da leitura, da escrita, das quatro operações, da geometria e gramática e, claro, da religião católica. A primeira escola foi o Grupo Escolar Sólon de Lucena. Até 1849 só existiam escolas para meninos e no ano de 1857 surgiram às primeiras escolas para meninas.

Na segunda metade do século XIX houve o fechamento das escolas existentes, como foi o caso do Colégio das Neves, para mulheres, fundado no governo de Henrique de Beaurepaire Rohan em 1858, e, dois anos depois, suas atividades foram suspensas no governo do então Presidente da Província, Luiz Antônio da Silva Nunes, no ano de 1860 (MELO, 2000, p. 117p.).

Portanto concluímos baseado nessas informações acima citadas, que não era dada para a população feminina a época, a importância no sentido dela receber a mesma educação

oferecida à população masculina, isso, considerando as desigualdades sociais e de gênero e dos papéis ocupados por homens e mulheres na sociedade brasileira.

O livro “Viagem através da Província da Paraíba”, mostra-nos através da visita do então presidente da Província paraibana, em 1860, Luiz Antônio da Silva Nunes, que a educação escolar feminina, comparada com a educação masculina em várias localidades da Paraíba, era diferenciada (SEIXAS, 1985); as atividades consideradas domésticas era a alternativa oferecida às pessoas do sexo feminino, entre as quais: casar, ter filhos, cuidar da casa, do marido. No ano de 1857 surgem as primeiras escolas para mulheres.

Na pesquisa, a partir dos dados secundários da obra de Seixas (1985), verificamos que o lugar destinado às mulheres era diferenciado. A ela era negado o direito de estudar, garantido aos homens. Aspectos da cultura que mudou com tempo. Segundo o autor, das 16 vilas visitadas, 11 tinham escolas; 07 eram escolas masculinas, avaliadas pelo bom desempenho dos professores; nas demais escolas os professores foram considerados sem competência para o exercício do cargo; e dessas 11 só existiam 07 escolas para o público feminino..

Hoje sabemos que a realidade é bem outra, o Estado oferece educação a todos e temos escolas em quase todas as áreas, principalmente nas urbanas. E a mulher, por sua vez, conseguiu através de lutas não só estudar mais também a ocupar o seu espaço na sociedade.

2.2. A Educação do Campo no município de Pombal

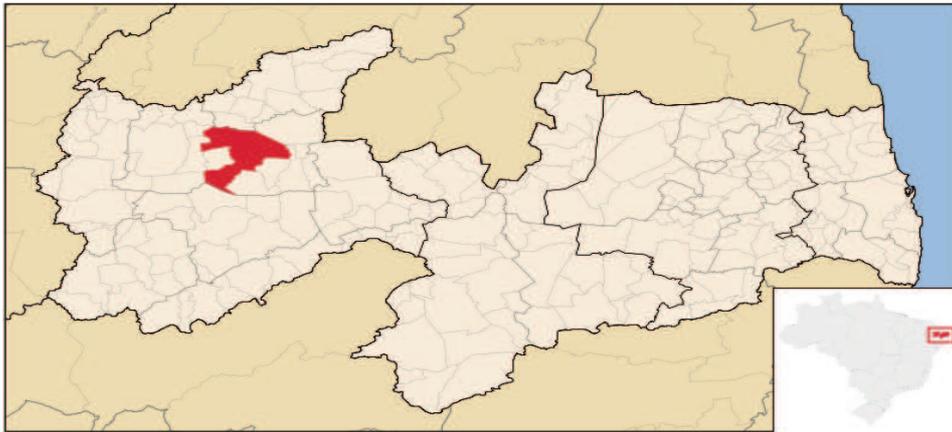
2.2.1. Breve relato histórico sobre o município de Pombal



Bandeira Municipal



Brasão Municipal



Fonte: Wikipédia,2013.

Pombal, a mais antiga cidade do alto sertão paraibano, surgiu no século XVII, mais precisamente, no final desse século, com a presença da família Oliveira Ledo.

Nessa época, a ocupação do território acontecia pelo percurso de um rio ou de seus afluentes. Para tanto a penetração na Paraíba seguiu, de acordo com o relato de Pordeus (2002), por três vias distantes e opostas: pela subida do rio Paraíba; pelas nascentes desse rio e ao longo do rio Piancó, já que este ficava próximo ao rio Pajeú, afluente do rio São Francisco (PORDEUS, 2002, p. 90).

Antônio de Oliveira Ledo foi juntamente com outros membros da família, irmãos e sobrinhos, entre homens e mulheres, que seguiam esse “desbravador sertanejo”, seguindo pelo rio Paraíba, chegando até o rio Taperoá e descendo a Serra da Borborema chegou até o rio Espinharas, no lugar onde hoje está localizado o município de Patos onde requereu a sesmarias.

Constantino de Oliveira Ledo substituiu o seu tio Antônio, recebendo a patente de Capitão-Mor pelos “serviços prestados a Província”.

Teodósio de Oliveira Ledo, sobrinho de Antônio de Oliveira Ledo, por volta de 1696, substituiu seu irmão Constantino de Oliveira Ledo, quando esse morreu, em 1694. Teodósio colocou os índios arius em um lugar onde atualmente é a cidade de Campina Grande. Seguiu depois em direção ao Oeste da Província até as terras do rio Piancó, depois seguindo em direção ao Norte, chegou até o Rio Grande do Norte. Retornando ao oeste da Província paraibana, chegou às terras do rio Piranhas, onde fundou o Arraial de Piranhas em 1698, atual Pombal (PORDEUS, 2002, p. 90).

Pombal teve seus alicerces às margens dos rios Piranhas e Piancó. Esse adentramento pelo sertão deu-se devido à busca por melhores lugares para a criação de animais como também de produção agrícola. Segundo Melo (2000, p. 70; 71), na segunda metade do século XVII, a maior parte da população paraibana ainda era constituída de índios os quais estavam organizados em três grandes nações: tupis, cariris e tarairiús. Essa região era habitada pelos índios da tribo tarairiús que compreendiam as tribos janduís, ariús, pegas, panatis, sucurus, paiacus, canidés, genipapos, cavalcantis e vidais. Ao longo dos rios Piancó e Piranhas habitavam os índios ariús, pegas e panatis.

Em 1698, a cidade, que ainda era um povoado, recebeu sua primeira denominação como cita Verneck (2012) de Arraial do Pinhancó (Piancó) passando logo depois a ser denominada de Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. Mais tarde, em 04 de maio de 1772, passou a ser Villa Nova de Pombal, sendo a primeira vila a ser fundada no sertão paraibano que recebeu essa denominação em homenagem a uma cidade portuguesa e não ao português Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal. Pela Lei 63 de 21 de julho de 1862, a vila passa a ser cidade; sendo a 4ª cidade fundada na Paraíba com a denominação de Pombal. (VERNECK, 2012 p 56 a 59).

Em 1951 o município de Pombal contava com uma população de 50.292 habitantes, sendo 6.525 na zona urbana e 43.767 na zona rural. Em 1960 a população de Pombal se deslocou e estava assim distribuída: Urbana: 8.171 habitantes e Rural: 39.385 habitantes, totalizando assim 47.556 habitantes. (VERNECK, 2012).

Atualmente o município de Pombal é o segundo em questão territorial possuindo 889 km², o que representa 1,58% da superfície total do Estado com uma população de 32.110 habitantes, segundo o recenseamento realizado pelo IBGE no ano de 2010 (WIKIPÉDIA. 2013).

2.2.2. A educação rural e urbana no município de Pombal

De acordo com os levantamentos feitos sobre a educação no município de Pombal, nos seus primeiros anos de formação, detectamos que a educação exercida tinha práticas idênticas às demais localidades no Estado da Paraíba. Segundo relato de Seixas (1985), dentista e um grande historiador pombalense, em seu livro: “Viagem através da província da Paraíba” (1860) o então presidente da Província da Paraíba, Luiz Antônio da Silva Nunes, em viagem pelas vilas paraibanas, ao chegar à cidade de Pombal e visitar as

aulas de instrução primária de ambos os sexos, deparou-se com a seguinte situação: ao chegar a sala das meninas, encontrou a mesma fechada. A explicação dada era que a professora estaria doente e, numa outra explicação, ela não quis apresentar-se devido a sua incapacidade para exercer o magistério; sendo essa a causa do pouco número (06) de alunas em sala de aula. Ao visitar a sala dos meninos (23 alunos) viu que os alunos estavam bem adiantados. As informações referentes a esse professor deixou o presidente da província satisfeito (SEIXAS, 1985). Mas observando a disciplina e ensinamento desse período destinados as mulheres, sabemos que os direitos para ambos os sexos eram bastantes diferenciados, até mesmo no que se diz respeito à educação escolar.

Para esse trabalho realizamos um estudo e colocamos o resultado em forma de síntese. Em 1869, foi criada em Pombal a cadeira de primeiras letras e nomeada a professora Maria Leopoldina Dias Arnaud. Nessa mesma época lecionava o professor Trajano Pires de Holanda Cavalcanti que ministrava aula de Latim em Pombal. Em 1908, foi nomeado o professor Newton Pordeus Rodrigues Seixas que prestou grandes serviços educacionais neste município. Em 1932 foi construído o primeiro Grupo Escolar da cidade de Pombal: o Grupo Escolar João da Matta. Depois, em 1943, com novas instalações educacionais construídas, surge o denominado 2º Grupo Escolar João da Mata. No ano de 1949 foi terminada a construção da Escola Normal Arruda Câmara a qual, tempos depois, passou a ser denominada de Escola Normal Josué Bezerra e, posteriormente, passou a funcionar nas suas dependências (em 2001), as Faculdades de Ciências Contábeis e Agronomia.

No ano de 1951, o município contava com uma população de 50.292 habitantes, sendo 6.525 habitantes da zona urbana e 43.767 na zona rural. No ano de 1954 é fundado pelo padre Vicente de Freitas o Ginásio Diocesano, com instalações no antigo sobrado de Dona Jard (VERNECK, 2012, p. 63-69).

[...] no setor educacional era destaque, no ano de 1959, dois educandários do curso primário: 'Escola Santa Rita de Pombal' de Dona Marinheira e o 'Instituto Sete de Setembro' do professor Guimarães. Os métodos educacionais eram rigorosos e os estudantes inadimplentes eram castigados com palmatória e reguadas (VERNECK, 2012, p. 70).

Em 2006, o Campus Universitário de Pombal, da Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, inicia seus trabalhos educacionais na região, tendo o professor Martinho Salgado como diretor (VERNECK, 2012 p 77).

Até 1920, o ensino estava direcionado apenas para a zona urbana. Um ensino considerado muito precário, pois, de uma população estimada de 19.299 habitantes, apenas 3.251 frequentava a escola, sendo 2.057 homens e 1.194 mulheres que sabiam ler e escrever. O restante da população, aproximadamente, 16.048 habitantes não sabiam ler, nem escrever (VERNECK, 1999, p. 54).

No ano de 1999, a população de Pombal estava assim distribuída: Urbana - 21.828 hab. e Rural - 7.405, totalizando então 29.233 habitantes. Nesse mesmo ano o município possuía 89 escolas e um CAIC, onde 48 eram municipais, 37 estaduais e 04 particulares (VERNECK, 1999, p. 108; 121).

2.3. A educação do campo no município de Pombal

Durante o processo de pesquisa desse trabalho, realizado em duas áreas rurais no município de Pombal, ficamos sabendo, através de informações obtidas por antigos alunos, que a educação entre os anos 30 e 50, era oferecida através de professores particulares que, geralmente, o pai pagava para que os seus filhos estudassem. Depois que eles aprendiam o básico: saber ler, escrever e as quatro operações, ensinavam aos demais. Os alunos se deslocavam até à cidade para dar continuidade aos seus estudos.

Em Pombal temos informação, através do historiador e escritor dos fatos históricos do município de Pombal, Verneck, de que a professora de nome Dona Jarda (Jardelina Esmerinda Nóbrega), casada com o cangaceiro Chico Pereira, ministrava aulas na zona rural e tinha como meio de transporte um cavalo, a mesma também lecionou na zona urbana.

Durante a execução desse trabalho realizamos uma pesquisa onde entrevistamos professores e alunos que desenvolvem sua experiência educacional na zona rural. Professores e alunos que, afirmam, percorriam longos trechos para poder chegar ao local onde eram ministradas as aulas. Alguns professores, e também alunos mais antigos, andavam léguas a pé. Esses alunos foram beneficiados com uma educação rural, que não considerava o meio físico, a cultura, a vivência diária; ensinava, apenas, a aprender a ler, escrever e as quatro operações fundamentais da Matemática.

Ao realizarmos a pesquisa para esse trabalho, dividimos os entrevistados em dois grupos. No 1º grupo estão os ex-alunos e ex-professores com, aproximadamente, 15 anos de

experiência. Este grupo se dividia entre os que moravam próximo à escola e os que tinham que percorrer longas distâncias em busca do ensino formal. Aqueles que residiam próximos às escolas, tinham que lidar com as cheias no período de inverno e a impossibilidade de atravessar para o outro lado do rio. A educação nessa época era a “rural” descontextualizada, ou seja, a mesma oferecida na área urbana, em um tipo de ensino denominado multisseriado. O ambiente geralmente era a casa da professora e como as casas antigas tinham salas grandes, eram sempre bem arejadas. O material escolar era o mínimo, mas o necessário para se aprender a ler, escrever e resolver as quatro operações fundamentais da Matemática. Os recursos materiais que existiam eram geralmente cartilha, tabuada, livro, lápis, caderno, borracha.

O 2º grupo: professores e alunos, que continuam em sala de aula. Chegamos a seguinte conclusão: com exceção do EJA – Educação de Jovens e Adultos, muitos obstáculos interferem na contínua existência de uma escola na zona rural. É o deslocamento, pois além da distância e as dificuldades relacionadas ao período do inverno, existe um grande empecilho que é o esvaziamento da população na zona rural. Parte significativa da sua população já migrou para a cidade; com isso as estradas acabaram ficando desertas e alguns alunos, devido à distância, entre sua residência e a escola, optaram por não frequentá-la, mesmo tendo a moto como meio de transporte.

Para os alunos que frequentam o Ensino Fundamental I e II e o Ensino Médio, as dificuldades são menores. Caminham aproximadamente 2 km a pé e pegam o ônibus, enviado pela Prefeitura Municipal, e, no retorno, os pais vão pegá-los de moto no paradeiro final do ônibus. Quanto aos professores, os mesmos tem que se deslocar de moto para poder chegar à escola. Existe atualmente em funcionamento uma escola localizada na zona rural onde oferece o ensino pré-01, pré-02 e a 1ª Série, no sistema multisseriado.

Alguns conseguiram terminar o 2º Grau (Ensino Médio), se deslocando para a zona urbana, pois, na zona rural só oferece o ensino primário, o que corresponde hoje ao Fundamental I.

Segundo dados informados por uma funcionária da Secretaria de Educação da Prefeitura do município de Pombal, existem atualmente 08 escolas urbanas e 22 rurais com 36 professores e 381 alunos, com o ensino voltado a educação do campo. De acordo com os dados repassados pela 13ª Regional, localizada no município de Pombal, o Estado possui 16 escolas urbanas e 05 rurais com 06 professores e 61 alunos, onde o ensino oferecido é o do Programa “Primeiros Saberes da Infância” que envolve em seus conteúdos “o Campo e a

Cidade” adaptando, assim, o professor a realidade onde a escola em que ele leciona estiver inserida.

2.3. Sítio Pinhões:

Nessa localidade a escola funcionou durante boa parte em que existiu, sempre na residência de quem lecionava. A referida escola funcionava no regime multisseriado, em que não existia a separação por série e onde os objetivos estavam em o aluno aprender a ler, escrever e dominar as quatro operações fundamentais da Matemática. O material escolar constava de Cartilha de ABC, tabuada, caderno, lápis e borracha. Na sala de aula havia aproximadamente 40 alunos, aonde vinham de várias localidades próximas e distantes e a maioria se deslocava a pé, segundo informações de Aurita e Terezinha – ex-alunas da professora Maria das Neves Pereira. Teresinha depois se transformou em ajudante da professora Marlene.

A Escola Municipal Felismina de Jesus Trigueiro, segundo informação de Teresinha, só funcionou com a Educação para Adultos, com o programa de ensino: MOBREAL.

Segundo Maria do Céu Pereira, professora entre os anos de 1998 e 1999:

[...] lecionava em um cômodo de casa e o tipo de ensino era rural e trabalhava a formação do letramento e o desenvolvimento do convívio harmonioso entre as pessoas do ambiente rural. Sentia a dificuldade de locomoção dos alunos de uma localidade para outra. Além das questões sociais, a falta de material didático era um dos fatores que interrompia o desenvolvimento educacional e a maioria do material didático era doado pela professora.

Outra professora entrevistada: Inaura Rosado Trigueiro, entre os anos de 1973 a 1998, aproximadamente, que lecionou também na zona rural, em uma escola que durante certo tempo funcionou em uma residência e depois passou a funcionar na capela do sítio.

[...] Ia de veraneio até a entrada do sítio e depois seguia a pé ou aproveitava a carona de alguém conhecido. O ensino era o mesmo da cidade e lecionava da 1ª a 4ª séries antigas, no estilo multisseriado. Uns eram bem desenrolados para aprender, outros, no entanto tinham bastante dificuldade. Quanto ao material didático respondeu que eram giz, lápis, caderno, cartilha de ABC, e os alunos das séries mais adiantadas tinham livros, a merenda na época do governador Wilson Braga era muito boa e era feita na casa de Teresinha.

Entrevistamos a aluna Lenilda Araújo de Oliveira, que chegou a concluir o 2º grau, atual Ensino Médio. Segundo relato da aluna, quando estudava na cartilha e a 1ª série, a escola era na residência da sua tia que ficava próxima da sua casa. Quando passou para a 2ª série a escola mudou de local e tinha que fazer um percurso de 1 km. No tempo das chuvas atravessava um riacho e, na época das cheias, perdia as aulas. Mas, mesmo com todas essas dificuldades tinha interesse em aprender. A escola sempre funcionava na residência da professora e a sala era bastante ampla, como era característica nas antigas construções rurais. Os alunos se deslocavam para chegar até a escola. Ela destacou, ainda, que não tinha merenda quando estudou as primeiras séries, só posteriormente quando já estava na 2ª série. O material didático era o lápis, o caderno e o livro. Por não ter o Curso Ginásial no sítio, foi estudar na cidade. Quanto ao futuro, relacionado aos estudos, respondeu que quer dar um futuro melhor para os filhos, “melhor que o meu”.

Outra aluna foi Alice Ferreira de Oliveira, que concluiu o Ensino Médio. Ela relata que o ensino ministrado, no tempo que estudou no sítio, era o rural, igual ao ensino da cidade e não tinha dificuldade de acesso até a escola porque esta ficava próxima a sua residência. Indica que as professoras com as quais estudou vinham da cidade, utilizando-se da veraneio como meio de transportes, até a entrada do sítio, depois seguiam a pé até a escola. Afirma que sua aprendizagem foi muito boa:

[...] aprendi muito. A escola oferecia material, merenda, fardamento e o ambiente só era um pouco ruim porque a turma era multisseriado. Fui estudar na cidade porque não tinha mais escola no sítio. Quanto ao meu objetivo para o futuro, é poder cursar uma faculdade e poder obter um bom emprego.

Nesse sítio tivemos as seguintes informações que vão sendo mostradas através dois quadros informativos abaixo;

Referente ao ano de 2014, os alunos estão assim distribuídos de acordo com o nível escolar:

Pré-escolar	Fundamental		Médio	Superior
01	I	II	1° -- 2° 02 3° 01 Concluído 01	02
	1° --			
	2° --	6° --		
	3° --	7° 01		
	4° --	8° 01		
	5° 01	9° --		

Com relação ao corpo docente, de acordo com os dados levantados, no processo de pesquisa de campo, pudemos obter as seguintes informações:

LOCAL DE ENSINO	PROFESSORA	ANO	INSTITUIÇÃO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL
1ª escola: Casa de Doninha	Antonieta Trigueiro Pereira	-----	Prefeitura	Não tinha o Normal
2ª escola: Casa de Doninha	Maria José Pereira (Zezé)	-----	Prefeitura	Normal
3ª escola: Casa de Joquinha	Maria das Neves Pereira (Nevinha)	-----	Estado	Normal
4ª escola: Casa de Doninha	Marlene Lúcio Pereira Terezinha (ajudante da professora)	1969 a 1986	Estado Prefeitura	Normal e o LOGOS II Logos II
5ª escola: Casa de Joquinha	Inaura Rosado Trigueiro	1973 a -----	Estado	Pedagógico e Pedagogia
6ª escola: Capela	Inaura Rosado Trigueiro	----- -----	Estado	Pedagógico e Pedagogia
7ª escola: Grupo Escolar Felismina de Jesus Trigueiro	Maria do Céu Pereira	1998 a 1999	Prefeitura	Pedagógico

8ª escola: Associação João Lúcio Pereira	Seliane Eva	----- -----	Município Estado	----- -----
---	----------------	----------------	---------------------	----------------

No ano de 2013, cinco adultos se deslocavam, utilizando suas motos, durante a noite, para irem estudar no sítio Cantinho de Boi, um dos sítios inseridos neste trabalho.

Concluimos que devido ao grande número de séries diferenciadas e poucos alunos, seria inviável o funcionamento de uma Escola nesta área habitacional.

2.4. Sítio Cantinho de Boi

No sítio Cantinho de Boi ficamos sabendo que, na década de 1940, o professor Francisco Noronha (Chico Noronha) ministrava aula na casa de Joaquim Felinto dos Santos, Tiquinco, para as filhas deste e também para alguns poucos parentes. O referido professor residia em outra localidade rural próxima e se deslocava a pé de sua residência até o local onde ministrava suas aulas.

Para os pais, a finalidade de uma escola era o mesmo das demais famílias: que os filhos pudessem aprender a ler, escrever e aprender a tabuada e as quatro operações, pois isso seria o essencial e, consideravam, suficiente, principalmente, para as mulheres. Quanto aos alunos homens, a maioria estava destinada aos serviços do campo. Portanto quase sempre não sobrava tempo para os estudos. Depois as aulas passaram a ser ministrada por Custódia Pereira Felinto, ex-aluna do professor Chico Noronha, segundo informações passadas por Olívia Trigueiro Castelo Branco.

Alguns alunos habitavam a zona rural no final de semana, pois, durante a semana permanecem na cidade onde podem dar continuidade aos seus estudos.

No ano de 1985, através da Lei 04/85, a prefeitura municipal de Pombal, cujo prefeito era Levi Olímpio, construiu na então Fazenda Cantinho de Boi uma escola a qual em homenagem ao pai do dono da terra onde a escola foi edificada foi denominada de João Felinto Primo, conhecido pela comunidade rural como João Miguel.

Em 2013, a referida escola supracitada, após quase 20 anos desativada, passou a funcionar no turno da manhã, para alunos do pré-1, pré-2 e 1º Ano, e no turno noturno

oferecendo o ensino do EJA para 12 alunos de várias localidades próximas e distantes da referida escola. O ensino ministrado era o de Ciclo I e II, também, multisseriado.

Em entrevista à professora Marli Pereira dos Santos, moradora do sítio Forquilha, informou que se desloca todas as manhãs para o sítio para ministrar sua aula, num percurso de dois quilômetros, aproximadamente. Ela fala das dificuldades, principalmente, o deslocamento na época do inverno, já que seu meio de transporte, e também dos seus alunos, é realizado através de moto, vindo de várias localidades próximas. Comentando a aprendizagem dos alunos, ela indica que a partir do 1º Ano do Fundamental I, eles recebem livros integrados, os quais estão voltados para a educação do campo. A finalidade “é que eles compreendam a realidade de onde vivem”. As aulas são planejadas de acordo com os conteúdos voltados para a realidade do aluno. Os alunos recebem cadernos e lápis.

Outro professor entrevistado foi Antônio Leandro S. da Silva; o mesmo teve seu início profissional como professor, nessa referida localidade rural e, conseqüentemente, nesta unidade escolar, desde o período de 2013, lecionando no turno noturno a uma classe do EJA, no modelo multisseriado. O mesmo declarou que quanto ao ensino ministrado é a “educação do campo. Afirmo que sua meta é o fim do preconceito entre a cidade e o campo. Quanto ao seu acesso à escola citou “ser dificultoso quando chove, por causa da lama”, pois mora na cidade e, para os alunos, a dificuldade é a distância, pois, nem todos tem moto e muitos moram distante do local onde a escola está localizado. Mesmo com toda a dificuldade de acesso dos alunos, ele considera o resultado satisfatório e declara que “é bastante positiva pois os alunos vem com todo o interesse de aprender’.

Com relação ao corpo discente entrevistamos a aluna Maria José Ferreira da Silva, que cursou até a 6ª Série, hoje 7º Ano do Ensino Fundamental I. A mesma iniciou a sua vida estudantil de forma diversificada quanto à localidade de ensino. Segundo ela, “a 1ª e a 2ª série, antigo primário, estudou no sítio onde morava”, sendo a professora, a esposa do dono das terras onde seus pais eram moradores. Segundo a mesma “não tinha dificuldade de aprender e os poucos recursos que usava eram a Cartilha de ABC, caderno, lápis; e as aulas eram ministradas em uma sala da casa da professora”; anos depois, após ser construída outra casa de moradia, está ficou destinada para escola. Em seguida, quando estudou a 3ª e 4ª série, antigo primário, “fazia uma caminhada de 4 quilômetros a pé”, nesse tempo, não era comum o uso de motos na zona rural. Quando da continuidade dos seus estudos, teve “que ir para à cidade pois na zona rural só era oferecido o ensino primário”, o que atualmente equivale ao

Ensino Fundamental I. Com respeito ao seu futuro citou que “ainda tenho esperança de voltar a estudar”.

Outro aluno que participou da pesquisa foi o agricultor Edmilson Araújo de Oliveira. O mesmo deixou de frequentar a escola quando fazia o antigo 1º ano A, quando na ocasião tinha uns 7 anos de idade. No ano de 2013, já adulto, resolveu voltar a estudar no Programa Educação de Jovens e Adultos – EJA, com o objetivo de “poder desenvolver a escrita e a leitura”. A escola oferecia “muita coisa boa tais como: material didático como livros, cadernos, lápis, bolsa, e também merenda”. Ainda citou que “o ambiente era bastante agradável”. A dificuldade enfrentada estava no deslocamento, de onde morava até ao local onde a escola estava localizada, pois, a distância, quase uma légua o que equivale a 6 quilômetros. A estrada, como também o horário dificultavam o acesso à mesma. Mesmo assim conseguiu concluir o Ciclo I do EJA. No ano corrente, devido as dificuldades, já citadas, de acesso para chegar até a escola, teve que interromper novamente seus estudos, pois além das dificuldades do ano anterior, outros problemas como chuvas e a desistência de outros alunos que moram no mesmo sítio, com residências próximas a sua (eles se deslocam em um grupo de 5 adultos todas as noites), ele, tristemente, teve que se afastar dos estudos. Sua vontade de aprender é muito grande, pois quer ter um conhecimento que o forme para a vida, como sujeito mais conhecedor e sabedor de seus direitos.

Apresentamos abaixo um quadro demonstrativo sobre a atual situação escolar nesta localidade rural:

Local de ensino	Professor (a)	Formação Profissional	Instituição de Ensino	Ano Letivo	Quantidade de Alunos
Escola João Felinto Primo	Marli Pereira dos Santos Sousa	Pedagógico	Municipal	2013	5
				2014	6
Escola João Felinto Primo	Antônio Leandro S da Silva	?????????	Municipal	2013	12
				2014	

O que podemos ver na realização da conclusão dessa pesquisa, foi que apesar de algumas reivindicações serem atendidas, o meio rural ainda convive com diversos outros problemas que somados ao grande êxodo rural existente na atualidade, constrói enorme entrave para uma melhoria educacional..

Considerações Finais

Na realização desse trabalho pudemos conhecer a diferenciação entre o que seja uma educação rural de uma educação do campo. Por uma educação do campo entendemos ser uma proposta de ensino voltado para a vivência diária do educando que habita a zona rural; não só no que diz respeito a sua formação escolar, mas também nas diversas áreas, tornando-o sabedor dos seus direitos e deveres e, assim, poder lutar por um meio de vida mais digno. Aos poucos se vai conseguindo vencer as barreiras, pois bem sabemos que o aluno vivenciando teoricamente seu cotidiano, a sua aprendizagem se torna mais incentivadora e seus saberes mais agregados.

Chegamos à conclusão de que a educação do campo deve ser contextualizada e inserida na realidade do campo. Mudou-se a denominação, como também a conscientização do professor quanto à necessidade de aplicar os conteúdos dentro da realidade em que o aluno está inserido. O material didático, no caso os livros já trabalham elementos que mostram as atividades vivenciadas pelo homem do campo, tanto no que diz respeito aos tipos de profissões existentes como fatos e conteúdos relacionadas à cultura rural. Englobam assim os conteúdos levando o aluno a estudar também o que vive na sua prática diária. Essa mudança leva a uma maior valorização do homem do campo, pois vê que seu trabalho profissional é de suma importância e mesmo diante das dificuldades encontradas consegue vencê-las e alcançar seus objetivos como cidadão.

Constatamos que mesmo diante das dificuldades, os habitantes do campo em uma boa parcela não desistiram, chegando ao término de seus estudos, no caso um ensino superior, e levando os seus filhos a investir no futuro para além daquele que eles, no caso os pais, tiveram. Através da luta do Movimento dos Sem Terra percebemos a importância dos movimentos sociais do campo, na formulação de propostas e participação no debate educacional e, principalmente, na formação do homem do campo, mostrando o valor que o seu papel decisivo tem, na construção do país.

Podemos ver que a educação: campo e cidade no que diz respeito às instituições públicas, estão de certo modo em um enorme atraso no que diz respeito a um ensino de qualidade, pois assim como na escola rural, os professores ainda vivem sem os recursos tecnológicos, existem escolas urbanas nesta mesma situação. O descaso na realidade se torna para ambas, e muito grande. O que precisamos urgente é de termos no Brasil, a valorização do educando. Um ensino que valorize o homem do campo e transforme os empecilhos tais como estradas intransitáveis, de difícil acesso e escolas muito distantes.

Sabemos que esse é apenas um começo, pois mudar é preciso fazer e saber esperar, sem, no entanto ficar de braços cruzados. Como já dizia o poeta paraibano Geraldo Vandré em sua música: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”!

Referências

ABREU, Cláudia Barcelos de Moura; LEINEKER, Mariulce da Silva Lima. **IX ANPED SUL - SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, s. I.; s. ed., 2012.**

BREITENBACH, Fabiane Vanessa. **Revista Espaço Acadêmico.** _ Nº 121 _Julho. 2011. – Ano XI.

CALDART, Roseli Salete. **Do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.** Doutora em Educação pela UFRGS. Governo do Estado da Paraíba. SEE/PBUEPB, 2012. União.

ESCOLA NOVA

http://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_dos_Pioneiros_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Nova

GADOTTI. Moacir. **Paulo Freire e a educação popular.** Revista Trimestral de Debate da FASE, **Proposta** nº 113, 2007.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra>. Acesso 11/11/2013.

MELO, José Otávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistências**, 6ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

NUNES, N. S. **João Pedro Teixeira: um mártir do latifúndio.** João Pessoa: Ideia, 2013.

PINHEIRO, Maria do Socorro. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira.** <<http://BR,mmonografiasociedadebrasileira.<http://BR,monografias.comtrabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>. Acesso 06/-4/2014

PORDEUS, Teresinha de Jesus Ramalho. **História da Paraíba na sala de aula**. Estado da Paraíba. João Pessoa/PB. 3ª Edição. 2002.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Viagem através da Província da Paraíba**. Estado da Paraíba_ Secretaria da Educação, Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. João Pessoa/PB. 1ª edição, 1985.

SOUSA, Verneck Abrantes de. **A trajetória política de Pombal**. João Pessoa/Paraíba. Editora Imprel. 1ª edição, 1999.

_____. Memorial Fotográfico – **FESTA DO CENTENÁRIO DA CIDADE DE POMBAL- PB, 21 de julho de 1962**. João Pessoa/Paraíba. Editora Universitária da UFPB. 1ª edição. 2012.